

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2º SEMESTRE 2019

Definição

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins é um órgão do Ministério Público tendo por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões e mecanismos de transparência, presteza, eficiência e segurança das atividades compreendidas no rol de atribuições dos seus órgãos e serviços, bem como de seus membros e servidores, além do fortalecimento da cidadania, com a criação de canais permanentes de comunicação e interlocução com a sociedade.

Atribuição

Esta Ouvidoria tem por atribuição receber, registrar, analisar e dar encaminhamento devido às manifestações que se incluam dentre as atribuições de seus cargos, além de reclamações, críticas, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, feitos por qualquer interessado. Também é de atribuição desta Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do Ministério Público.

Como canais para contato a Ouvidoria possui o *link* no sítio do Ministério Público (www.mpto.mp.br), o e-mail ouvidoria@mpto.mp.br e os telefones (63) 3216-7598 e (63) 3216-7575, além de correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, Cep 77.006-218 – Palmas-TO. As manifestações também poderão ser recebidas presencialmente na modalidade identificada ou com reserva de sigilo.

Considerações sobre os tipos de atendimentos

De acordo com a Resolução 95, de 22 de maio de 2013, com as respectivas

alterações promovidas pelas Resoluções 153, de 21 de novembro de 2016 e 180, de 07 de agosto de 2017, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, as manifestações serão enquadradas nas seguintes classes:

Reclamações – manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos membros ou seus serviços auxiliares;

Críticas – manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos membros ou pelos serviços auxiliares;

Representação – manifestações residuais em relação à reclamação, à crítica e ao pedido de informação;

Sugestões – propostas de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de proposta de inovação de procedimentos ou serviços prestados;

Elogios – manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos membros e pelos serviços auxiliares;

Pedidos de informação – manifestações que se enquadrem aos dispositivos da Lei de acesso à Informação.

1.1 Balanço dos atendimentos realizados no 2º semestre de 2019:

Detalhamento por assunto:

Seção: 1. Quantidade de Reclamações

1.1. Recebidas 6

1.2. Aguardando resposta

1.3. Pendentes

1.4. Inválidas 1

1.5. Encerradas 5

Seção: 2. Quantidade de Sugestões

2.1. Recebidas 2

2.2. Aguardando resposta

2.3. Pendentes

- 2.4. Inválidas
- 2.5. Encerradas 2

Seção: 3. Quantidade de Pedidos de Informação - LAI

- 3.1. Recebidas 26
- 3.2. Aguardando resposta 1
- 3.3. Pendentes
- 3.4. Inválidas
- 3.5. Encerradas 25

Seção: 4. Quantidade de Críticas

- 4.1. Recebidas 3
- 4.2. Aguardando resposta
- 4.3. Pendentes
- 4.4. Inválidas
- 4.5. Encerradas 3

Seção: 5. Quantidade de Elogios

- 5.1. Recebidas 2
- 5.2. Aguardando resposta
- 5.3. Pendentes
- 5.4. Inválidas
- 5.5. Encerradas 2

Seção: 6. Quantidade de Representações

- 6.1 Recebidas 1.222
- 6.2 Aguardando resposta 143
- 6.3 Pendentes 7
- 6.4 Inválidas 370
- 6.5 Encerradas 702

Seção: 7. Classificação de manifestações por Assunto

- 7.1. Acessibilidade
- 7.2. Administração e Funcionamento do Ministério Público 2
- 7.3. Atuação de Membros e Servidores 12
- 7.4. Concurso Público 25
- 7.5. Consultas e Dúvidas Jurídicas 2
- 7.6. Consumidor 17
- 7.7. Controle Externo da Atividade Policial 5
- 7.8. Crimes 38
- 7.9. Demandas alheias à competência do Ministério Público 5
- 7.10. Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental
- 7.11. Educação 57
- 7.12. Eleitoral 7
- 7.13. Execução Penal 5

- 7.14. Idoso 9
- 7.15. Improbidade Administrativa 440
- 7.16. Infância e Juventude 18
- 7.17. Meio Ambiente 30
- 7.18. Outros 451
- 7.19. Residência na Comarca e Lotação de Membros
- 7.20. Saúde 78
- 7.21. Serviços Públicos 23
- 7.22. Sindical e questões análogas
- 7.23. Violência doméstica
- 7.24. Lei de Acesso à Informação 37

2. Dos pedidos de Informação

Para os pedidos de acesso à informação, no segundo semestre de 2019, todos foram respondidos dentro do prazo definido em Lei. O protocolo que está aguardando resposta foi registrado no dia 18 de dezembro de 2019, portanto um dia antes do início do recesso forense e assim, encontra-se dentro do prazo estipulado em lei para a resposta.

3. Participação em Eventos:

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada no local
1	Brasília/DF	19 de agosto de 2019	43ª Reunião Ordinária do CNOMP
2	Brasília/DF	20 e 21 de agosto de 2019	VI Encontro Nacional dos Ouvidores do Ministério Público
3	Goiânia/GO	04 de setembro de 2019	44ª Reunião Ordinária do CNOMP
4	Maceió/AL	08 de novembro de 2019	45ª Reunião Ordinária do CNOMP
5	Brasília/DF	11 e 12 de dezembro de 2019	Reunião dos Ouvidores-Gerais dos Ministérios Público com a Ouvidoria Nacional - CNMP

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES

Ouvidora
Procuradora de Justiça